

ATA FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

REGISTRO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 22 DE OUTUBRO 2019

Aos vinte e dois (22) dias do mês de outubro de 2019, às dezenove horas e vinte e dois minutos (19h22min) instalou-se a reunião ordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE/BH), com a seguinte pauta: 1- Informes; 2- Apresentação da avaliação do Grupo de Trabalho do eixo Avaliação Externa. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Paula Cambraia de Mendonça Viana, Roberta da Costa L. Nora, Joel Dias de Rezende Júnior, Márcia de Fátima N. Cruz, Rui César Resende de Souza, Soraia Feliciano Mercês, Analise de Jesus da Silva, Vera Lúcia Otto Diniz, Álvaro Boechat Chiarello, Stael Maria Gomes, Cláudia Lopes da Costa, Mayara Capella de Brito, Sabrina P. da Silva Tavares, Marcos Evangelista Alves, Fabrícia de Oliveira Silva, Galdina de Souza Arrais e Maria das Graças Lima. Edson Miguel Barcelos justificou sua ausência. Contou, ainda, com a presença de Poly do Amaral, como convidada e Vanessa Márcia da Cunha, como secretária executiva, conforme lista anexa. O coordenador Marcos Evangelista Alves iniciou a reunião agradecendo à Analise de Jesus da Silva o acolhimento e o espaço cedido para esta reunião e deu as boas-vindas aos novos representantes presentes do FMPE/BH. Falou que desde a IX Conferência Municipal de Educação já foram recompostos vários membros e apresentou os representantes das Instituições do Sistema “S”, do Movimento Pró-Creche e dos Movimentos de Afirmação da Diversidade. Complementou dizendo que Elias José Lopes de Freitas substituiu a representante da Secretaria Municipal de Educação (SMED), Maria do Socorro Lages Figueiredo e Poly do Amaral representava a Vereadora Cida Falabella. Em seguida, explicou a metodologia de funcionamento do FMPE/BH: reuniões itinerantes em cada uma das instâncias representativas do Fórum para não caracterizá-lo como uma instância pertencente à Secretaria Municipal de Educação (SMED), mesmo a estrutura e a coordenação sendo de responsabilidade da SMED. Analise de Jesus da Silva disse que era uma satisfação enorme receber este grupo nesse momento em especial de corte de verbas e de ataques à esta instituição. O Coordenador informou que naquela data se reuniria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) com o intuito de obter os dados relativos ao Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outros, mas a reunião fora adiada para dia 29/10. Disse que este contato é importante, considerando que na IX Conferência não houve participação da SEE/MG. Galdina de Souza Arrais e Analise de Jesus da Silva comunicaram que em reunião com a SEE/MG cobraram esses dados e que Lara Félix P. Viana se colocou à disposição para a Conferência Estadual de Educação, prevista para 2020. Poly do Amaral se apresentou e trouxe uma preocupação ao grupo: a necessidade de posicionamento do Fórum em relação ao projeto de lei Escola sem Partido e em relação à revogação da Resolução CME/BH Nº 02/2019 que dispõe sobre as diretrizes operacionais para a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental nas Escolas do Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte através de nota ou moção, se colocando à disposição para uma conversa. Cláudia Lopes da Costa reforçou este pedido, principalmente, em relação ao projeto de lei Escola sem Partido. Vera Lúcia Otto Diniz propôs leitura de carta que trouxe da FaE UFMG, intitulada como “Manifestação Pública Escola para todos/as: liberdade de ensino, pautada na ciência, na ética e no respeito às diferenças”. O Coordenador disse que depois da leitura do manifesto, passariam para o segundo ponto da pauta e após, voltariam a esse assunto para os devidos encaminhamentos. Na sequência, passou a palavra para Galdina de Souza Arrais. Ela apresentou a meta 7 que faz referência à qualidade e à avaliação externa. Em sua avaliação, acredita ser esta meta o resultado de todas as outras metas. Contou que se reuniu com a equipe da SMED e a secretária executiva do FMPE/BH e que fez uma reflexão desde a construção do Plano Municipal de

Educação de Belo Horizonte (PME/BH) e a partir de todos os debates e conferências que participou e que hoje encontra-se no processo de monitoramento. Desta forma, falou do objetivo jurídico da elaboração do PME/BH para a efetivação das metas, que as leis se relacionam na elaboração, na efetivação e no monitoramento, tendo sido fruto de conquistas do passado. Agradeceu o trabalho do Fórum, da assessoria executiva de delegar, da existência da conferência, complementando que Belo Horizonte (BH) ainda tem sido notícia, sendo o único município que está fazendo o monitoramento do plano. Maria das Graças Lima completou dizendo que BH é uma referência nacional, que ouve-se elogios por fazer um monitoramento efetivo. Galdina de Souza Arrais retomando a palavra, leu o conteúdo da meta 7, mencionou que ela perpassa por todas as demais metas do PME/BH e que depende principalmente de financiamento. Em sua apresentação citou: 1) o regime de colaboração (Município, Estado e União) que precisa de: parâmetros mínimos de qualidade dos serviços de educação básica estabelecidos pela união, adequação da infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, instrumentos para adoção de medidas para a melhoria da qualidade de ensino; 2) as ações da SMED: intervenção pedagógica, grupos de trabalho, reuniões mensais e diagnóstico das dificuldades; 3) o acompanhamento pedagógico sistemático: repensar as atividades, formas de avaliação, recuperação e retenção para propor adequações para direito de aprendizagem e para garantia de melhoria de qualidade; 4) a promoção de práticas pedagógicas para: despertar o interesse dos estudantes, melhorar a qualidade, diagnosticar dificuldades, repensar formas de avaliação; 5) os projetos implantados e em execução (na PBH) para promoção das práticas pedagógicas e para provocar o interesse dos alunos: geração ativa, visando a melhoria do fluxo nos anos finais, jogos virtuais, trilha pedagógica, caminhos da cidadania, justiça restaurativa (em 40 escolas); 6) a formação continuada: atendimento a leitura, 450 professores da Educação Infantil; 7) o acompanhamento intensivo nas escolas: melhoria do IDEB com diálogo permanente, acolhimento aos adolescentes com medidas protetivas socioeducativas; 8) a diversidade: implementação da lei nº 10.639/03; 9) os desafios: anos finais reduzir a evasão e repetência, investir na permanência efetiva, relação escolas públicas X privadas. Em seguida, mostrou o quadro do IDEB, os gráficos e a série histórica dos resultados e projeções do IDEB da RME dizendo que o SINEP/MG informa que as escolas particulares não são obrigadas a participarem do IDEB, avaliando que é uma questão de responsabilidade por ser importante para a educação, mesmo que a rede privada não tenha a obrigatoriedade de fornecer os dados. Finalizou falando que, de fato, é preciso colocar esse plano em ação, sendo muito importante ter-se o Fórum como colaborador para tal e que tem-se que garantir o que já foi construído até agora, agradecendo a atenção de todos. Márcia de Fátima N. Cruz se apresentou e citou o grande sonho que tinha do encontro de representações conversando sobre o assunto educação. Falou que o prazer de estar na escola está desaparecendo, por isso os índices desejados não são alcançados; que há que se ter cuidado com cada estabelecimento de ensino porque avalia que faltam recursos humanos de boa vontade; que o sentimento de pertencimento pelas famílias tem sido prejudicado porque seria mais prazeroso e produtivo se fosse bem construído, considerando que as famílias vieram destas escolas. Citou que vivenciou uma situação dramática que ilustra o que quer dizer: convidada a fazer parte do colegiado da escola de seu bairro, acompanhava e participava dos eventos da escola como a formatura, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD. No entanto, presenciou a venda de cerveja e vinho nas barraquinhas no evento festa junina, dizendo ser de praxe arrecadar dinheiro dos alunos. Passado um ano, próximo à data do mesmo evento, ocorreu a exoneração do coordenador da escola, sr. Wanderson Rocha -, que ela gostaria que estivesse presente naquele momento para ouvi-la -, e cancelaram a festa junina, devolvendo o dinheiro aos alunos. Avaliou que um “pulso forte” trouxe um “freio” naquela comunidade, não permitindo acontecer o já ocorrido no citado

evento do ano anterior, sendo um exemplo. Afirmou que as escolas lidam com seres humanos, sendo preciso vigiar e cuidar. Galdina de Souza Arrais disse concordar e saber das dificuldades relatadas, mas resgata as conquistas dos últimos anos; de como a escola avançou no quesito participação, da escola como lugar de produção de conhecimento. Disse ser mais importante lembrar deste espaço de conquista de estar num Fórum Permanente com liberdade de falar, de resgatar os documentos, acreditando ser esse o rumo. Complementou falando que agora existe um plano elaborado por todos que está sendo implementado, monitorado, avaliado. Analise de Jesus da Silva falou que é preocupante como na RME, com a melhor das intenções, as concepções de educação estão misturadas e explicou mistura como: há lugares em que se valoriza o que é emérito e a relevância de ter oportunidades para jovens, idosos e há um sistema de empreendedorismo e discussão da construção coletiva. Avalia que parece algo similar mas é bem distinto. Falou que a rede discute direito de aprendizagem querendo falar de direito de educação, que são bem distintos. Disse que a melhoria do fluxo escolar apresentado está “descolado” da aprendizagem. Galdina de Souza Arrais pontuou que deve-se abrir seminários para esse debate na rede. Sugeriu seminário aberto organizado pelo Fórum (de 2 em 2 ou 3 em 3 meses) dentro de sua crença, convidando alguém para palestrar. O coordenador Marcos Evangelista Alves perguntou qual seria a metodologia mais adequada em relação à moção proposta no início da reunião. Analise de Jesus da Silva contou como foi a organização via Secretaria geral de encaminhamento (UFMG) e acha que poderia-se tirar um número de pessoas para a escrita, se propondo a iniciar. Disse que entende que não há o que polemizar, que esta nota deve ter viés de nota de Fórum, de diálogo com a população e deveria ser mais curta. O Coordenador gostou da ideia de dialogar com a população e Poly do Amaral defendeu não falar somente deste tema específico - projeto de lei, mas, também, da proposta da lei orgânica que dialoga com o PNE e que o usa como argumento para ser aprovado. Analise de Jesus da Silva avaliou dizer qual o posicionamento deste Fórum, sendo somente uma nota sobre o que ele (Fórum) defende. Vera Lúcia Otto Diniz pontuou que se com esse diálogo quer-se atingir a todos – alunos, professores –, deve-se falar da Escola sem Partido. Foi tirada uma comissão para redigir o documento composta por Analise de Jesus da Silva, Cláudia Lopes da Costa, Rui César Resende de Souza e Poly do Amaral que se dispôs a colaborar. O Coordenador reafirmou que o documento precisa ter uma linguagem que se aproxima de todos e informou que os Anais da IX Conferência foi entregue para a revisão e diagramação e, posteriormente, também será remetido para o portal “De Olho nos Planos”, avaliando ser importante este envio por fortalecer esta instância. Comunicou que juntamente com a secretaria executiva se reunirá com as Diretorias Regionais para conversar sobre o PME/BH. Analise de Jesus da Silva convidou todos a participarem do evento na UFMG, Mês Negro, com semanas negras nos dias 22 e 29/11. Dia 22/11: Plenária do Fórum Metropolitano EJA com apresentação de trabalhos de 3 docentes da educação básica. Dia 29/11: Palestra com Analise de Jesus da Silva às 19h, lançamento de caderno pedagógico para EJA referente à questão de gênero às 20h, e lanche alcoólico às 21h. Pediu ao representante da SMED que transmitisse o convite aos professores da rede e para a EJA. Às vinte horas e cinquenta e cinco minutos (20h55min), o Coordenador encerrou a reunião.